REFLEXÕES SOBRE ATUAÇÃO DOCENTE EM **PSICOLOGIA** E **LIBERDADE DE CÁTEDRA** EM TEMPOS PANDÊMICOS

CONSELHO REGIONAL
DE PSICOLOGIA
DO RIO DE JANEIRO

ORGANIZAÇÃO:

Alexandre Trzan Ávila, Anelise Lusser Teixeira, Caíque Azael Ferreira da Silva, Jimena de Garay Hernández, Patricia Castro de Oliveira e Silva e Thiago Colmenero Cunha

(membros da Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra do XVI Plenário do CRP-RJ)

REFLEXÕES SOBRE ATUAÇÃO DOCENTE EM **PSICOLOGIA** E **LIBERDADE DE CÁTEDRA** EM TEMPOS PANDÊMICOS

Rio de Janeiro, 2022
Conselho Regional de Psicologia 5ª Região

COMISSÃO EDITORIAL
Thiago Benedito Livramento Melício (CRP 05/35915), Coordenador;

Isabel Scrivano Martins (CRP 05/26162);
Roseli Goffman (CRP 05/2499);
Leonardo de Miranda Ferreira (CRP 05/36950)

REVISÃO
Amanda Mesquita de Oliveira Moreira

PROJETO GRÁFICO
Julia Viana Lugon

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reflexões sobre atuação docente em psicologia e liberdade de cátedra em tempos pandêmicos [livro eletrônico] / organização Alexandre Trzan Ávila...[et al.]. -- Rio de Janeiro : Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, 2022.
PDF.

Vários autores.
Outros organizadores: Anelise Lusser Teixeira, Caíque Azael Ferreira da Silva, Jimena de Garay Hernández, Patricia Castro de Oliveira e Silva, Thiago Colmenero Cunha.
Bibliografia.
ISBN 978-65-89050-05-6

1. Educação a distância 2. Ensino superior - Rio de Janeiro (RJ) 3. Professores - Educação continuada 4. Psicologia - Estudo e ensino 5. Teletrabalho I. Ávila, Alexandre Trzan. II. Teixeira, Anelise Lusser. III. Silva, Caíque Azael Ferreira da. IV. Hernández, Jimena de Garay. V. Silva, Patricia Castro de Oliveira e. VI. Cunha, Thiago Colmenero.

22-136512 CDD-150.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia : Estudo e ensino 150.7

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Conselho Regional de Psicologia 5ª Região
Rua Teófilo Otoni, nº 93 - Centro | Rio de Janeiro/RJ

GESTÃO XVI PLENÁRIO

ACHILES MIRANDA DIAS (CRP 05/27415)

ALEXANDRE TRZAN ÁVILA (CRP 05/35809)

ALEXANDRE VASILENSKAS GIL (CRP 05/30741)

ANELISE LUSSER TEIXEIRA (CRP 05/38657)

CAROLINA MARIA DOS SANTOS SILVA (CRP 05/29816)

CÉU SILVA CAVALCANTI (CRP 05/57816)

CLAUDIA SIMÕES CARVALHO (CRP 05/30182)

CONCEIÇÃO DE MARIA GAMA CARVALHO MATHIAS (CRP 05/39882)

CRISTINA MAIR BARROS RAUTER (CRP 05/1896)

EDERTON QUEMEL ROSSINI (CRP 05/50996)

GABRIELA DE ARAÚJO BRAZ DOS SANTOS (CRP 05/56462)

HILDEBERTO VIEIRA MARTINS (CRP 05/24193)

ISABEL SCRIVANO (CRP 05/26162)

ISMAEL EDUARDO MACHADO DAMAS (CRP 05/42823)

JOSÉ NOVAES (CRP 05/980)

JULIA HORTA NASSER (CRP 05/33796)

LEONARDO DE MIRANDA FERREIRA (CRP 05/36950)

MARCELLO DA SILVA SANTOS (CRP 05/17566)

MARINALDO SILVA SANTOS (CRP 05/5057)

MÔNICA VALÉRIA AFFONSO SAMPAIO (CRP 05/44523)

PEDRO PAULO GASTALHO DE BICALHO (CRP 05/26077)

RODRIGO CUNHA ECHEBARRENA (CRP 05/28408)

ROSELI GOFFMAN (CRP 05/2499)

THAIS VARGAS MENEZES (CRP 05/33228)

THIAGO BENEDITO LIVRAMENTO MELÍCIO (CRP 05/35915)

VERA LÚCIA GIRALDEZ CANABRAVA (CRP 05/1158)

VICTÓRIA ANTONIETA TAPIA GUTIÉRREZ (CRP 05/20157)

GESTÃO XVII PLENÁRIO

ÁGNES CRISTINA DA SILVA PALA (CRP 05/32409)

ALEXANDRE VASILENSKAS GIL (CRP 05/30741)

ALFREDO ASSUNÇÃO MATOS (CRP 05/60474)

CARLA CRISTINA SILVESTRE MEIRELLES DE CASTRO (CRP 05/42300)

CÉU SILVA CAVALCANTI (CRP 05//57816)

CIDIANE VAZ MELO (CRP05/36295)

CLAUDIA SIMÕES CARVALHO (CRP 05/30182)

CONCEIÇÃO DE MARIA GAMA CARVALHO MATHIAS (CRP 05/39882)

ERIKA BARBOSA DE ARAÚJO (CRP 05/50040)

FABIANA MELLO PAES BARRETO (CRP 05/31755)

FILIPE DEGANI CARNEIRO (CRP 05/46254)

FRANCYNE DOS SANTOS ANDRADE (CRP 05/55825)

ISABEL SCRIVANO MARTINS SANTA BÁRBARA (CRP 05/26162)

JORGE ANTONIO TAVARES PEIXOTO (CRP 05/44215)

JULIA HORTA NASSER (CRP 05/33796)

JULIANA GABRIEL PEREIRA (CRP 05/29063)

LUCAS GONZAGA DO NASCIMENTO (CRP 05/49596)

LUISA BERTRAMI D'ANGELO (CRP 05/54879)

MAÍRA AMARAL DE ANDRADE (CRP 05/32352)

MATHEUS BRANCO LEAL (CRP 05/55287)

MAYCON DA SILVA PEREIRA (CRP 05/57178)

MICAEL JAYME CASARIN CASTAGNA (CRP 05/55269)

NILTON DA SILVA NUNES JUNIOR (CRP 05/41715)

ROGERIA CRISTINA DE AZEVEDO VILLARINHO FRANCISQUINI (CRP 05/37069)

THAIS VARGAS MENEZES (CRP 05/33228)

THIAGO DA ROCHA DIONIZIO RODRIGUES (CRP 05/50505)

TIAGO DA SILVA CABRAL (CRP 05/39728)

VANESSA SILVEIRA DE BRITO (CRP 05/28830)

VICTORIA ANTONIETA TAPIA GUTIÉRREZ (CRP 05/20157)

VIVIANE SIQUEIRA MARTINS (CRP 05/32170)

Sumário

Prefácio **09**

Apresentação **11**

Espaços de Diálogo **13**

Levantamento sobre Atuação docente de Psicólogas em Instituições de Educação Superior no Rio de Janeiro **16**

Sobre as Autoras **43**

Referências **45**

Prefácio

A obra Reflexões sobre atuação docente em Psicologia e Liberdade de Cátedra em tempos pandêmicos - que ora nos chega - é publicada com a proposta de "contribuir com a mudança de cada situação de violência, discriminação ou opressão que possa acontecer com profissionais da Psicologia que atuem em Instituições de Ensino Superior". E, assim, faz com que nós, leitoras e leitores, também nos perguntemos acerca das estratégias que professoras e professores, em articulação a demais trabalhadoras e trabalhadores de Instituições de Ensino Superior desenvolvem em sua atuação docente. A Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, assim, problematiza (e nos faz problematizar): como pensar a docência (em Psicologia) na atualidade? E o que o contexto pandêmico ensina para nós, a partir dos desafios que juntas e juntos enfrentamos?

Além de problematizar - transversalmente em todo o livro - as lógicas e racionalidades que fazem funcionar o ensino de Psicologia, incita a um pensar sobre os desafios postos, para que possam ampliar a compreensão sobre as implicações para uma Psicologia que se constrói na atividade de formação. Temos atualmente 1197 cursos de graduação em Psicologia no Brasil, que anualmente encaminham cerca de 39.000 novas psicólogas para o enfrentamento às demandas de nossa sociedade. Um grande desafio para a profissão que, no Brasil, constrói-se como a maior do mundo.

A transversalidade nas experiências que articulam os campos problemáticos aqui elencados transborda os limites disciplinares e o livro propõe, em toda a sua extensão, uma análise crítica do ser e do habitar o "mundo docente" através de um discurso que revela uma posição acadêmico-política permeada pela construção de saberes transversais, aliados a experiências de ensino que, ao recusar uma formação asséptica, inodora, incolor e insípida, radicaliza e propõe uma formação implicada. Que se implica, sobretudo, com a conjuntura vivida. Aqui, tempos pandêmicos.

O que há para ser feito, enfim, é investir nas problematizações que emergiram das experiências aqui relatadas, para a construção de novos possíveis que problematizem a armadilha da neutralidade. Deste modo, por tudo o que foi explicitado, sugerimos a leitura desta obra pelas rachaduras que ela nos convida (e convoca) a produzir. Publicação necessária para avaliarmos o que fizemos, o que não pudemos fazer, o que continuaremos fazendo o que jamais repetiremos, como práticas docentes.

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
Conselheiro-presidente do XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (2019-2022).

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
Conselheira-presidente do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia (2019-2022).

Apresentação

Todos os dias, milhares de psicólogas do Brasil reafirmam sua aposta na formação em Psicologia enquanto seu espaço de intervenção profissional, seja do lugar da docência de disciplinas teóricas, da supervisão de estágios, da coordenação de projetos de extensão, da orientação de iniciação científica e de monografia, da coordenação de cursos ou da pesquisa. Infelizmente, as condições para realização dessas atividades não são favoráveis sempre. É claro que o contato com estudantes e com a prática é revigorante, mas não podemos desconsiderar uma série de violências contra as profissionais que acontecem todos os dias, muitas vezes silenciadas e invisibilizadas, acabam produzindo conflitos éticos para a profissional envolvida na situação.

Para discutir a atuação docente de psicólogas* e psicólogos nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro e conseguir compreender que tipo de situações de violação à liberdade de cátedra - que é um princípio constitucional, disposto no Art. 206 da Constituição Federal - estão presentes em seu cotidiano, a Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra do CRP-RJ realizou um levantamento junto à categoria entre maio e junho de 2021. Tal levantamento foi sucedido por um processo analítico e por várias discussões com a categoria, hoje a Comissão entrega este

---

Como forma de garantir uma linguagem inclusiva de gênero, optou-se por referenciar a categoria no feminino, tendo em vista que a composição da profissão em todo o país é majoritariamente feminina. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como “psicólogas”, “professoras”, entre outras, estão incluídos todos os gêneros. Além disso, 65,6% das respondentes do levantamento que subsidia nossas análises foram mulheres.

breve relatório na expectativa de contribuir com a mudança de cada situação de violência, discriminação ou opressão que possa acontecer com profissionais da Psicologia que atuem em Instituições de Ensino Superior.

Entregar o presente documento no bojo das comemorações dos 60 anos da Regulamentação da Psicologia Brasileira é um gesto que vem acompanhado de uma esperança ativa pelos dias em que nosso exercício profissional será pleno e que nenhuma violação à liberdade de cátedra seja imaginável. Isto porque nós nos baseamos, durante todo o processo de trabalho, em uma concepção de que a liberdade de cátedra plena, como é prevista em lei, é impossível de se realizar em situações estruturais de ensino inadequadas ou insuficientes, em regimes de trabalho frágeis e em contextos de violações de direitos de qualquer natureza.

Gostaríamos de agradecer aos mais de 160 profissionais que participaram do levantamento, compartilhando questões de todas as regiões do estado e contribuindo com as movimentações do CRP-RJ para o fortalecimento das profissionais da Psicologia que atuam em Instituições de Ensino Superior. Este trabalho é, antes de tudo, um produto coletivo, que só adquire sentido quando se constitui numa polifonia de experiências.

Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

Comissão de Formação e Liberdade
de Cátedra do XVI Plenário do CRP-RJ

Espaços de Diálogo

Durante o Plenário, participamos de alguns espaços de troca com a categoria que, inegavelmente, contribuíram para o desenvolvimento do presente documento. Destacamos aqui 05 pontos principais:

I. Encontro realizado em março de 2020 com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) para discutir as novas Diretrizes Nacionais Curriculares, realizado no auditório da sede do CRP-RJ. O encontro contou com Irani Tomiatto de Oliveira, psicóloga, mestre e doutora em Psicologia, representando a ABEP; Cristina Mair Barros Rauter (CRP 05/1896), Conselheira do XVI Plenário e professora titular do Instituto de Psicologia da UFF; Mônica Affonso (CRP 05/44523), à época conselheira vice-presidente do CRP-RJ e coordenadora da Comissão de Eventos; e o então conselheiro-presidente do CRP-RJ, Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077).

II. Com a chegada da pandemia, nossos planejamentos também se alteraram bastante. Realizamos, entre os meses de maio e junho de 2021, um amplo levantamento sobre como os desafios enfrentados no ensino superior de Psicologia no Brasil, tem se manifestado no exercício profissional de psicólogas que trabalham com formação, em relação às questões relativas à prática didático-pedagógica, às condições de trabalho e aos desafios encontrados na prática cotidiana. Os dados coletados serão discutidos nas próximas páginas deste documento.

III. Os estágios são importantíssimos para a formação, contudo a pandemia causou efeitos também nesse campo de atuação. Em julho de 2020, o CRP-RJ, juntamente com a ABEP-RJ, promoveu o seminário regional "Formação em Psicologia no Contexto da Pandemia", totalmente online. Com a participação de mais de 400 pessoas, de cerca de 40 IES, entre coordenadores de cursos de Psicologia, supervisoras(es) e orientadoras(es) de estágio e estudantes, o evento trouxe o debate sobre a flexibilização do estágio – de forma remota, na área da Psicologia em razão da pandemia da Covid-19. A partir dos seminários regionais, foi possível elaborar um documento nacional (ABEP; CFP, 2020) para orientação da categoria sobre os estágios em tempos pandêmicos.

IV. Participação no XIII Encontro Nacional da ABEP: realizado de forma virtual, por conta da continuidade da pandemia, onde operamos para discutir com atores da formação em Psicologia de todo o país o tema "Os novos e os antigos desafios da formação e liberdade de cátedra na Psicologia". Consideramos que o espaço propiciou potentes trocas em nível nacional. Pudemos, nesta ocasião, dialogar sobre questões preliminares do nosso levantamento e entender que há questões comuns em vários territórios do Brasil.

V. Outra ação da Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra, visando o diálogo com a categoria, foi a participação na 14ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizada em 2021, e na 15ª Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizada em 2022. Nestes espaços, pudemos dialogar diretamente com a categoria, bem como com estudantes sobre o trabalho da Comissão.

VI. Para encerrar, a Comissão de Formação também se articulou em dois outros eventos nacionais, realizados no segundo semestre de 2022: o Encontro da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), em Belo Horizonte, no GT "Formação e vida acadêmica pós pandemia: desafios e horizontes possíveis" e participação no VII. Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP) em São Paulo, com o trabalho "Reflexões sobre atuação docente em psicologia e liberdade de cátedra na pandemia".

Levantamento sobre Atuação docente de Psicólogas em Instituições de Educação Superior no Rio de Janeiro

Apresentação

Os efeitos da pandemia no mundo do trabalho ainda estão sendo conhecidos. No estado do Rio de Janeiro, entendemos que há uma rede de instituições voltadas para a formação de psicólogas que precisou não apenas se reinventar para as práticas de trabalho remoto - ainda que diversas instituições já praticassem parte da formação nas modalidades virtuais - mas para o próprio exercício profissional das psicólogas que ocupam tarefas de ensino, supervisão, orientação e coordenação de cursos. Muitas questões levantadas nos primeiros meses de pandemia fizeram com que o CRP-RJ, por meio de sua Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra, decidisse construir um levantamento para dialogar com a categoria e compreender, entre outras coisas, que tipo de transformações aconteciam na profissão. Tal tarefa não foi fácil: somos uma das últimas graduações no país cujo Ensino à Distância não é permitido pelo Ministério da Educação, organizamos por anos uma campanha, junto ao Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos cujo mote é “Psicologia se Aprende com Pre-

sença". Os desafios de transpor tantas práticas para o campo remoto não foi simples - como veremos a partir de algumas das informações.

A pesquisa contou com a participação de 160 psicólogas do Rio de Janeiro que responderam a um questionário virtual, no modelo Google Forms. Do total, 66,25% (106) declararam-se mulheres, enquanto 33,7% (54) declararam-se homens. O perfil racial predominante das respondentes da pesquisa foi de psicólogas brancas (74,3%), seguido de pardas (14,3%) e pretas (8,7%). Entre as respondentes, há pouca presença de psicólogas com deficiência (3,1%).

O tempo de formação das pessoas respondentes foi diverso: há aquelas com mais de 40 anos de formadas, mas também algumas recém-formadas. Contudo, a maior parte das respondentes (55%) possui a titulação máxima de doutorado (89 pessoas), o que aponta para o constante investimento na profissão/formação e para a qualidade acadêmica das docentes nos cursos de formação.

As instituições privadas formam a maioria da amostragem (80% ou 130 pessoas), confirmando nossa perspectiva inicial de que há mais psicólogas empregadas nos centros de formação privados - até por termos graduação em Psicologia em apenas 04 universidades públicas no estado (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense e Universidade do Estado do Rio de janeiro).

Sobre a distribuição territorial das respostas, temos a seguinte composição:

REGIÃO	QUANTIDADE DE PESSOAS
Capital	102
Leste Fluminense	22
Baixada Fluminense	19
Região Serrana	16
Norte/Noroeste Fluminense	13
Sul Fluminense	07

Algumas pessoas indicaram em sua resposta trabalhar em mais de um local do estado (exemplo: Baixada Fluminense e Capital), motivo que faz com que a tabela acima totalize 179 respondentes.

Uma característica da nossa atuação nas Instituições de Ensino Superior é que, em vários momentos, uma mesma profissional pode ocupar diferentes espaços. Dessa forma, vimos que a maioria das respondentes é docente (154 pessoas ou 96,25%), seguido daquelas que ocupam funções de supervisoras de estágio (87 pessoas ou 54,3%), coordenadoras de ações de extensão (20 pessoas ou 12,5%) e coordenadoras de curso (18 pessoas ou 11,25%).

Poucas são aquelas que trabalham há mais de 30 anos (3 pessoas ou 1,8%) ou pelo menos há mais de 20 anos (6 pessoas ou 3,75%) na mesma instituição. A maioria tem até 10 anos de instituição (125 pessoas ou 78%). Isso nos revela vínculos que, de alguma forma, ainda podem ser recentes ou fluídos.

Há uma alta presença de profissionais não sindicalizadas. Entre os sindicatos citados, encontramos ADUFRJ, SINPRO, SINTUPERJ, ASDUERJ, ADUFF e ADUR.

Nas próximas páginas, discutiremos sobre condições de trabalho, violações à liberdade de cátedra, pandemia e ensino remoto e mercantilização do ensino, à luz dos temas apontados pelas psicólogas no levantamento.

Condições de Trabalho na Pandemia

Os efeitos da pandemia de Covid-19 no mundo do trabalho são gigantes. Um bom "termômetro" para avaliar isso é a análise de como o dia a dia de trabalho se transformou a partir da pandemia. No caso que nos propomos a discutir aqui, de psicólogas que atuam em Instituições de Ensino Superior, há uma história de lutas por condições de trabalho compartilhadas entre docentes de diferentes cursos de todo o país. Ainda que não seja da alçada do Sistema Conselhos de Psicologia a questão trabalhista, estamos solidárias e atentas, junto à FENAPSI (Federação Nacional de Psicólogos) e ABEP, às movimentações nesse âmbito.

Nesta publicação não há pretensões de dar conta de todas as realidades de psicólogas que atuam como professoras, supervisoras de estágio, coordenadoras de ações de extensão, pesquisadoras ou qualquer outra função que porventura venhamos a ocupar nas Instituições de Ensino, inclusive as funções administrativas. Queremos abrir um diálogo sobre algumas realidades que têm sido experimentadas no mundo da docência, que se agravam com a situação de excepcionalidade imposta pela pandemia de Covid-19, mas que já estavam presentes em diferentes instituições mesmo antes da emergência sanitária.

É importante entender que os efeitos são diferentes quando discutimos sobre a realidade das profissionais psicólogas que atuam em Instituições de Ensino Superior

(IES) públicas ou privadas. Sem dúvidas, o que acontece tanto com a estrutura universitária - em suas práticas de ensino, pesquisa e extensão - como com o corpo social (relação com outras docentes, técnicas e estudantes) é diferente. Não apenas pela diversidade de formas de se organizar das IES públicas e privadas, mas pelos próprios movimentos de mercantilização do ensino superior que se acirram com a pandemia - sobretudo nas IES privadas - e tornam o cotidiano do trabalho em uma experiência de mais insegurança, sobrecarga e medo para muitas profissionais.

Alessi, Soares, Pereira, Martinez e March (2021) são precisas ao elucidar que as transformações no mundo do trabalho têm diminuído o tempo entre atividade laboral e vida privada, ao mesmo tempo que aumenta a individuação do trabalho e reduz as relações solidárias e coletivas. Como diferenciar o que é tempo de trabalho e descanso quando o trabalho é realizado integralmente das nossas casas? Como construir vínculos com a expansão de relações de trabalho informal, terceirizados, sem identidade profissional, à distância?

Na consulta realizada às psicólogas pelo CRP-RJ, por meio de sua Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra, identificamos diferentes pontos de tensão no período de ensino remoto. O questionário pode ser observado na íntegra em anexo na presente cartilha. Duas questões presentes no levantamento nos ajudam a pensar nas condições de trabalho docente, uma que diz respeito aos desafios vividos pelas profissionais e outra sobre limitadores da atuação docente.

Sobre os desafios e questões encontradas na atuação, entre docentes de instituições públicas, as principais reclamações são: sobrecarga de trabalho e trabalho que

excede a carga horária contratada. Uma parcela pequena das docentes de universidades públicas (6 entre 31) relatou ter solicitado licença-saúde em função das situações vividas durante a rotina laboral. Já entre os 129 docentes de universidades privadas que responderam ao questionário, as queixas são ainda mais amplas. Além das questões de sobrecarga de trabalho, relatam muitos problemas em função de superlotação de turmas e exigência de atividades não remuneradas.

Sobre os fatores considerados limitadores de atuação docente durante o ensino remoto, podemos considerar ao menos 6 agrupamentos de respostas:

1. Estrutura de trabalho insuficiente

- Falta de equipamentos tecnológicos adequados (computador, tablet) para o docente;
- falta de recursos de acessibilidade;
- plataforma de aulas inadequada ou insuficiente.

2. Insegurança jurídica

- Obrigação em assinar documentos que cedem o direito de uso do material audiovisual produzido ao longo do semestre, bem como exercícios e avaliações (banco de testes);
- obrigatoriedade da gravação de aulas.

3. Insegurança Digital

- Possibilidade de ataques anônimos durante as atividades.

4. Dupla e tripla função

- Indicadores tecnológicos de desempenho (relatórios de falta, controle de tempos de entrada e saída etc.);

● obrigação em dar suporte ao corpo discente quanto ao uso da sala de aula virtual

5. Dificuldades na criação de vínculos com a instituição

● Dificuldade das alunas e alunos de acompanhamento das aulas (presença, participação, ligar câmeras);

● ausência de câmera aberta;

● ausência de interação com as (os) alunas (os);

● distanciamento entre os membros do corpo docente/ discente.

6. Outros

● Obrigatoriedade de utilização das plataformas institucionais;

● obrigatoriedade de registrar suas atividades;

● redução do tempo de duração das aulas.

Como a maior parte das respondentes (135) trabalhava exclusivamente de forma presencial antes da pandemia, muitos desafios da modalidade de ensino remoto foram enfrentados, em muitos casos, com pouca ou nenhuma estrutura das instituições. O mais básico não era fornecido pelas instituições (como equipamentos técnicos, plataformas de aulas e recursos de acessibilidade), mas a principal queixa diz respeito aos limitadores da prática político-pedagógica: 113 das respondentes reclamaram do distanciamento que o ensino remoto produz entre docentes e estudantes.

Em 2019, o CFP, em conjunto com a ABEP e a FENAPSI, lançou uma campanha chamada “Psicologia se aprende com presença”. O objetivo da campanha era reafirmar posição contrária à formação em Psicologia feita na modalidade à distância (posicionamento fundamental, que

corroboramos), mas no conteúdo político da campanha fica explicitado que a construção da identidade profissional do psicólogo deve ser

> *marcada pelo respeito às diferenças, pela compreensão das muitas vidas possíveis, pela empatia com o sofrimento e os dilemas da vida vivida, pela capacidade de compreender e dialogar com as muitas formas de pensar e ser, contidas em nossa cultura e diversidade nacional. O diálogo, o confronto de ideias, o debate respeitoso fundamentado em nossa pluralidade teórico-metodológica e nas diversas interpretações que fomentam, a descentração necessária à reflexão e compreensão na diferença, o desenvolvimento de atitudes e afetos que acolhem devem ser a marca do processo de formação em Psicologia.*
>
> *Esse conjunto de requisitos que formam a identidade profissional não se adquire por meio dos recursos a distância. Ele exige convivência, contato com as diferenças culturais, teórico-metodológicas, experienciais, entre docentes, estudantes e a comunidade. Exige vivências acadêmicas ricas e múltiplas, em que o espaço da sala de aula complementa-se com os demais espaços universitários, como laboratórios, salas de recursos e de orientação, com participação em grupos de pesquisa e estudo, frequência a eventos de natureza acadêmica, conhecimento da estrutura institucional e representação estudantil, conhecimento e contato com instâncias representativas da categoria, entre outros. E em que os espaços acadêmicos complementam-se com espaços de atuação profissional do psicólogo na comunidade, viabilizando a integração teórico-prática e as experiências reais de atuação durante todo o processo de formação (CFP, ABEP, 2019).*

O trecho destacado nos ajuda a compreender os motivos que fazem com que o ensino remoto, que se constituiu como emergencial por conta da pandemia, seja incapaz de organizar o trabalho da psicóloga que atua na formação, porque para formar psicólogas, a presença é imprescindível. E tal componente não produz efeitos apenas nas docentes: 129 respondentes indicam que há grande dificuldade das alunas no acompanhamento das aulas.

Menezes, Martilis e Mendes (2021), ao discutir o tema da formação, lembram que a educação é também socialização, é sobre construção de sentimento de pertencimento, trocas e internalização de saberes, valores e princípios que balizam a vida de uma forma ampla. E, pelo seu caráter relacional e dialógico, instituições de ensino

> *não podem deixar de ser o centro do processo de ensino-aprendizagem, cedendo lugar ao ambiente virtual e à máquina (celular, tablet, computador), sob pena de descaracterizar o seu papel e o saber-fazer docente, comprometendo o direito a uma educação emancipadora para o coletivo de estudantes (p. 57).*

Tal questão é importante especialmente pelas movimentações recentes que nos fazem colocar em questão qual é a tarefa de uma professora universitária e de uma mediadora de um debate virtual em algumas instituições.

Apenas 08 participantes da consulta responderam que a pergunta sobre limitadores da atuação docente não se aplica às suas realidades. A distribuição dos desafios foi equânime entre docentes de IES públicas e privadas, nos ajudando a delinear uma realidade que colocou desafios similares nos dois regimes de trabalho. Contudo, se pensarmos a situação de fragilidade maior, tanto pelo vínculo de trabalho como pelos demais fatores relata-

dos anteriormente, podemos entender que tais aspectos limitadores podem produzir efeitos mais profundos nas docentes das IES privadas.

Violações à Liberdade de Cátedra na Pandemia

A liberdade e autonomia acadêmica e institucional são imprescindíveis para o avanço do conhecimento e desenvolvimento tecnológico e científico em uma sociedade democrática. No Brasil, no entanto, temos vivido um ataque sistematizado à liberdade de cátedra, seja nas escolas ou em instituições de ensino superior.

A liberdade de cátedra está garantida no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, onde está previsto que a educação se dará a partir dos princípios da "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" e no "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" (BRASIL, 1988). Também está garantida na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, quando nela se afirma o "respeito à liberdade e apreço à tolerância" (BRASIL, 2005). Porém, com a apresentação do projeto de lei Escola Sem Partido em 2014, a liberdade de cátedra vem sendo atacada de diferentes formas e em diferentes níveis da educação, desde o ensino fundamental até às universidades, com a proibição da abordagem em sala de aula de temas como gênero e sexualidade, educação sexual, contribuições da cultura dos povos indígenas e africanos, questões consideradas políticas - como se houvesse questões que não o são-, dentre outros, até o incentivo para que estudantes filmem docentes durante as aulas, para realizar possíveis denúncias de seus comportamentos. Com o governo de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, o cenário se agravou. O

presidente promove o negacionismo, fundamentalismo e tem como política de governo o desmonte de políticas públicas, dentre elas as de educação.

Compreendemos que todo tipo de violência que afeta a prática cotidiana da docência afeta também a liberdade de cátedra. Em nosso levantamento chamou a atenção o número de docentes que afirmaram terem sido expostas(os) a algum tipo de violência no exercício da profissão. Diante da pergunta: você considera que foi exposta a algum tipo de situação humilhante, constrangedora, antiética, desestabilizadora ou violenta durante o seu processo de trabalho docente? 72 docentes, dentre as 160 participantes do levantamento, responderam que sim.

A maior parte destes (49 docentes) apontou a hierarquia institucional como o fator relacionado à violência sofrida, seguida pela posição político-ideológica e da violência sofrida em função de gênero e/ou sexualidade. Porém, outras tantas questões foram apontadas como: "obrigada a trabalhar presencialmente no auge da pandemia", "carga horária zerada por ter reprovado 2 alunos numa turma de mais de 30 pessoas", "reclamação do material utilizado em aula, devido a não utilização de videoaula".

Quanto aos encaminhamentos dados à situação de violência, a maior parte das docentes buscou conversar com as pessoas envolvidas ou procurou apoio em pares e/ou alunas. Chama a atenção, porém, o fato de que várias docentes responderam que não tiveram condições de reagir. Uma entrevistada relatou que adoeceu com a violência sofrida, foi transferida de unidade e compreendeu essa resolução institucional como adequada. Essa mesma pessoa acrescentou ao final que "o diálogo seria importante nesses casos, porém nas instituições priva-

das pouco resulta". De todas as pessoas que afirmaram ter sofrido violência, apenas quatro fizeram denúncia ao sindicato ou a alguma instância da instituição. Nas instituições privadas, as alunas foram apontadas como produtoras de violência em alguns dos formulários, algo não referido por docentes de universidades públicas. Esse dado pode apontar para a perspectiva mercadológica que orienta, via de regra, o trabalho nas instituições privadas, onde o aluno é tido como um cliente que paga para receber um produto. Um produto que deve atender a todas as suas expectativas, onde não cabem reprovações, notas baixas etc. Nesse sentido, uma entrevistada disse que o sucateamento da educação foi ampliado pela pandemia: "a pandemia maximizou o lucro nas instituições privadas e reduziu a qualidade do ensino, aumentando a carga de trabalho dos professores".

A dimensão das violências sofridas pode também ser observada no número de pessoas que foram afastadas do trabalho por motivo de doença relacionada ao mesmo. Vinte e quatro docentes reportaram essa situação. É notório, por outro lado, que 7 das 24 pessoas que afirmaram ter sido afastadas por motivo de doença relacionada à docência, digam que nunca sofreram violência. Esse dado nos provoca a pensar o que essas docentes entendem por violência. Será que temos aí uma minimização? O que entendem por violência? Um afastamento por motivos de saúde relacionados ao trabalho não reflete algum nível de violência? Uma das entrevistadas colocou quanto a essa questão que "a instituição tem um descaso com a saúde mental dos professores".

Outro ponto que demonstra a restrição à liberdade de cátedra diz respeito ao fato de 22 pessoas terem dito que não têm nenhuma liberdade de atuação dentre várias possibilidades que foram colocadas no questioná-

rio. Por outro lado, algumas dessas pessoas referem não ter sofrido qualquer tipo de violência no exercício da docência. Novamente, somos convocadas a pensar se a impossibilidade de qualquer liberdade no exercício docente não é considerada violência.

Algumas pessoas colocam o nosso levantamento "como muito importante no cenário atual", agradecem e elogiam a iniciativa e apontam expectativas quanto aos desdobramentos. Isso nos faz pensar no quanto docentes estão precisando de um espaço de escuta, de discussão sobre essas mazelas e violências do cotidiano institucional.

Movimentos de resistência puderam ser observados, ainda que em poucos questionários. Nesse sentido, foram apontados o diálogo, aproximação entre as (os) docentes e, o que pode parecer paradoxal, a indicação da boa relação com os(as) discentes como uma estratégia de resistência. É interessante pensar que o corpo estudantil, ao mesmo tempo em que é apontado como potencial autor de violência, é também pensado como parceiro no seu enfrentamento. Estudantes são parceiros necessários pois são pensados como consumidores nas instituições privadas. Faz-se necessário estabelecer parcerias com os clientes.

Diante do até aqui exposto, parece fundamental que a percepção sobre violência e liberdade de cátedra seja discutida com psicólogas que atuam na formação de futuras psicólogas. Ao final, que práticas esperamos de futuras gerações de psicólogas, que não apenas não percebem quão prejudicial para a sua formação é a violência sofrida por suas professoras, mas também são capazes de produzir essa violência?

Pandemia e Ensino Remoto

O levantamento relatado no presente material foi realizado entre maio e junho de 2021. Desta forma, desde a elaboração do instrumento de coleta de dados, os atravessamentos da modalidade de ensino remoto acionada pela necessidade de manter medidas de biossegurança diante da pandemia de Covid-19 foram levados em consideração como parte central das experiências docentes a serem discutidas.

Assim, uma das questões do instrumento era: "No ensino remoto, que aspectos você considera limitadores de sua atuação docente?". Dentre as opções de múltipla escolha, os/as docentes podiam escolher várias delas. Conforme os resultados, observamos que de 160 pessoas entrevistadas, a dificuldade das alunas e alunos de acompanhamento das aulas (presença, participação, ligar câmeras) foi sinalizada por 125 pessoas, o distanciamento entre os membros do corpo docente/discente por 109 pessoas, a ausência de câmera aberta por 94 pessoas, a ausência de interação com as alunas por 82 pessoas, a obrigação em assinar documentos que cedem o direito de uso do material audiovisual produzido ao longo do semestre, bem como exercícios e avaliações (banco de testes) por 64 pessoas, a falta de equipamentos tecnológicos adequados (computador, tablet) para o docente por 59 pessoas, a obrigatoriedade da gravação de aulas por 58 pessoas, a obrigação em dar suporte ao corpo discente quanto ao uso da sala de aula virtual por 57 pessoas, a obrigatoriedade de registrar suas atividades por 49 pessoas, os indicadores tecnológicos de desempenho (relatórios de falta, controle de tempos de entrada e saída, etc.) por 49 pessoas, a obrigatoriedade de utilização das pla-

taformas institucionais por 46 pessoas, a redução do tempo de duração das aulas por 36 pessoas, a falta de recursos de acessibilidade por 33 pessoas, a possibilidade de ataques anônimos durante as atividades por 32 pessoas e a inadequação ou insuficiência da plataforma virtual para dar aula por 31 pessoas.

Vemos, com esse panorama, que o contato com estudantes e colegas se viu prejudicado, ao mesmo tempo que o aumento da lotação das turmas, obstaculizando práticas pedagógicas e avaliativas, seguiu projetos de mercantilização da educação. Nas questões discursivas do instrumento, docentes reforçaram de que forma a excepcionalidade do ensino remoto exacerbou as demandas de produtividade por parte das IES e o sucateamento da educação ampliado pela pandemia nas instituições privadas, em falas como a seguinte: "a pandemia maximizou o lucro nas privadas e reduziu a qualidade do ensino, aumentando a carga de trabalho dos professores". Outra/a docente expressou que

> *Em relação às dificuldades advindas do ensino remoto, gostaria de acrescentar a sobrecarga de trabalho na forma da naturalização do acesso aos docentes, seja por conta da instituição (embora em menor grau), seja por conta dos alunos. Aquilo que ficava restrito a uma conversa ou solicitação de corredor passa a ser solicitado a qualquer momento, mesmo em finais de semana, via e-mail e WhatsApp, e há uma naturalização de que isso deva ser respondido/resolvido prontamente.*

Inclusive, ao citar situações constrangedoras nas instituições de ensino, uma/a docente relatou que a situação se configurou na "exigência de aula adaptada (presencial e remota) em condições totalmente inadequadas

(recursos tecnológicos inadequados) e não oferta de máscaras adequadas".

Além da sobrecarga de trabalho, é importante destacar que a gravação de aulas, bem como a cessão de direitos de material produzido pelos/as docentes, é uma dimensão que além de explorar a produção intelectual docente, interfere com a liberdade de cátedra. Por sua vez, a falta de acesso a recursos e conectividade por parte de um grande contingente de estudantes citado por muitos/as docentes como uma dificuldade - foi, desde o planejamento do ensino remoto, um desafio que podia ser contemplado com a disponibilização dessas gravações e materiais. Uma/a docente sinalizou: "A instituição nos colocou a obrigatoriedade de gravar as aulas remotas e se negou a assinar um termo de compromisso balizando legalmente o uso das gravações".

Cabe sinalizar que a gravação e disponibilização de materiais produzidos por docentes é um recurso importante não apenas em casos de ensino remoto, mas, por exemplo, nas relações formativas com estudantes com deficiência visual. Ou seja, se bem a disponibilização dos materiais auxilia na democratização do ensino, esse movimento deve ser feito de forma cuidadosa e respeitando os direitos autorais docentes, o que é muito diferente de uma apropriação dessas produções por parte das instituições de forma a multiplicar a utilização do material sem o devido reconhecimento financeiro e social, usando esses materiais como única prática pedagógica em detrimento de outras, como a interação docente-estudante e estudante-estudante. É nesse sentido que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação em Psicologia, aguardando

homologação do MEC desde 2019, frisam a importância da presencialidade no ensino de Psicologia. A pandemia de Covid não orientou em um caminho diferente: embora do ensino remoto tenha sido importante na garantia do direito à saúde e à vida, e apesar dos enormes esforços de docentes por propor percursos pedagógicos que mantivessem a qualidade da formação, o ensino remoto foi uma excepcionalidade; o ensino à distância não oferece a robustez que os princípios do ensino em Psicologia demandam.

Diante desse cenário, uma outra docente inclusive sugeriu que o levantamento procurasse indagar sobre as condições de saúde mental dos/as docentes antes e no curso da pandemia. Apesar de não termos ampliado o instrumento, reconhecemos a importância de pensar os efeitos dos elementos aqui discutidos na saúde mental docente, bem como outros elementos que articulam a fragilidade do ensino na modalidade remota, a mercantilização da educação e o clima político no país na busca por uma formação de profissionais da Psicologia críticas e socialmente referenciados, o que também afeta o trabalho e a saúde de docentes, conforme destacado por uma:

> *Estou com muito medo do que vai acontecer com a graduação em psicologia com a possibilidade do ensino remoto. Muito preocupado com a quantidade de pessoas conservadoras, sobretudo os evangélicos e outros neopentecostais. Medo da utilização de nossa profissão como mantenedor e propulsor da alienação das pessoas e individualização de questões sociais importantes.*

Mercantilização da Educação

A Comissão de Liberdade de Cátedra do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-05) busca articular psicólogas que trabalham com ensino, pesquisa, extensão, supervisão de estágios, coordenação de cursos, bem como estudantes de Psicologia e entidades que discutem o ensino de Psicologia e o exercício profissional. Essa comissão conversa com debates de outros espaços tão caros e importantes desse CRP 05, centrando-se aqui em pensar o exercício de ensino e aprendizagem na Psicologia enquanto ciência e profissão, as profissionais vinculadas ao Conselho que, além de serem psicólogas e psicólogos, também são docentes de cursos de ensino fundamental, médio, técnico e superior e se encontram com os debates da educação e da docência.

Como pensar e produzir outros corpos pulsantes, a partir desse corpo da trabalhadora atravessada pela sociedade do controle contemporânea, isto é, um excesso de valores que não foram construídos coletivamente, mas que são introjetados e digeridos externamente. A cada dia mais vemos as instituições educacionais de nível superior manejarem a educação como uma mercadoria, como um produto – que pode ser encaixotado, reformado, padronizado, docilizado. Como a liberdade de cátedra docente - esta, preconizada na Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996, como "a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber" - é marcada e afetada frente a gestão de conglomerados educacionais, ameaças e demissões?

Aqui entende-se, a partir de uma concepção foucaultiana de relações de poder, que essa liberdade de cátedra

está em disputa constante: O poder de existir e existir só existe em exercício, liberdade só existe em coletivo. Durante muito tempo a liberdade, argumento moderno de um humanismo ocidental e branco, foi vista como padrão de sociabilização. mas sem questionar que humano é esse, não se produz liberdade, faz-se exclusão e silenciamento, produz-se opressão e adequação. Frases repetidas no cenário educacional dão pistas não de uma liberdade e autonomia, mas de um individualismo: "algumas pessoas têm acesso aos materiais online, tudo bem não conseguiremos com todo mundo", "às vezes dá para todos escutarem, eles que cheguem mais cedo para pegar um lugar mais na frente", "dá pra aguentar mais esse semestre com tantas matérias", "vai melhorar no próximo semestre".

Assiste-se a uma progressão do neoliberalismo educacional, caracterizado como a implementação da racionalidade do capital em lei social geral, produzindo um modelo escolar que considera a educação um bem privado com valor econômico acima de tudo. É a sujeição da escola à lógica econômica, como um serviço prestado às empresas (LAVAL, 2004). Uma instituição educacional pautada em lógicas de produtividade, competitividade, rentabilidade e eficiência. O grande objetivo é maximizar resultados, esforços e produções: maximizar indivíduos concebidos como "microempresas" e "empreendedores de si". No Brasil, esse movimento dialoga diretamente com o discurso da chamada "educação inovadora".

Essa visão de saúde e de corpo foi construída desde a fundação da ciência moderna, seja na medicina, seja nas fábricas, seja indústrias, nas escolas, nos hospitais, de um corpo que não pode parar, de uma razão que precisa dominar emoções, de um sentir que precisa ser silen-

ciado, docilizado, para se tornar útil e produtivo, como Foucault fala da anatomopolitica.

Essa visão de corpo dócil é fundante do produtivismo e da adaptação, mesmo com discursos humanizadores, mas que na prática são meramente retóricos. A Psicologia tradicional contribuiu e contribui, colocando esse ideal de ser humano no centro (asséptico, distante da sua realidade), para um ajustamento da trabalhadora ao ambiente muitas vezes hostil: gestão por assédio, metas inalcançáveis, ambiente de competitividade. As entrevistadas relatam: "houve um grande aumento nas demandas institucionais, aumento de atividades de trabalho sem aumento de carga horária e remuneração. Aumento de responsabilidade e metas a cumprir sem possibilidade de maleabilidade".

Mesmo com tais considerações, de um sofrimento em crise por não dar conta de um ideal de homem (fala-se de homem aqui, porque essa visão hegemônica produz uma divisão sexual e racial do mundo do trabalho, como marcam as psicólogas Iray Carone e Maria Aparecida Bento (2014), em que mulheres e homens negros e mulheres negras de fora dessa história, como anormais, animais, coisas a serem domados), produza ao longo do tempo ideias de livre arbítrio, vontade e querer são mais capitaneadas em épocas de maior individualismo e meritocracia, individualizando responsabilidades de sucesso e de fracasso, culpabilizando rotas por insucesso. Eximem-se, assim, as relações de poder, de dominação e de opressão das lutas dos sujeitos pela vida cotidiana possível.

Dessa visão útil e produtiva de corpo, ao longo dos tempos, vai se alterando e tornando-se forma de trabalho através de ideais de população e gestão da vida, a partir

do controle, da tutela e do assujeitamento, como instituições de reabilitação e socialização - locais e práticas regidas por modos padronizados e ideais de ser e de viver. Uma entrevistada correlaciona: "atualmente o docente da instituição privada vem passando por um terrível processo de precarização do trabalho, da sua liberdade de cátedra, de ter condições justas de salário e carga horária, as condições são ruins e as cobranças não param."

Ao decorrer do século XX, gerado pela explosão da informatização e do desenvolvimento tecnológico das fábricas e das formas de comunicação e expressão - o marketing, através do consumo, passa a ser a figura central dessa forma de organização, não mais a produção incessante e apenas industrial. Como uma das participantes da pesquisa afirma: "Eu entendo o atual contexto e as pressões que todos estão passando. Mas acho desumanos os rumos que estão tomando a formação de psicólogas. Estamos entregando ao mercado profissionais cada vez mais com a formação comprometida".

O corpo da trabalhadora agora é forçado a ser mais "dinâmico", "leve" e "flexível" - ou seja, instável, precarizado, sem garantias trabalhistas. Princípios como alta produtividade, competência e eficácia estão entranhadas nos/nas trabalhadores/as contemporâneos, enclausurados em lógicas a céu aberto, isto é, nos home offices, no trabalho no aparelho celular privado, nas prestações de serviços sem vínculos institucionais e por baixos preços. Um corpo que, submetido à lógica incessante de consumo, corre para acompanhar exigências do mundo ocidental - constante aperfeiçoamento, juventude eterna, padrões irreais de beleza.

Percebe-se que essa sociedade do controle (DELEUZE, 2017) e do espetáculo (DEBORD, 2007) adoece o corpo da trabalhadora ainda mais em tempos de pandemia, na qual entramos nessa terceira temporada neste ano de 2022. Percebe-se que a partir de pesquisas, relatos e estatísticas um aumento de taxas de desemprego, de vulnerabilidade social e o quanto a pandemia escancara desigualdades e estruturas de opressão, que podemos mapear produzidas por esse fazer e produzir da sociedade capitalista.

Como exemplo dessa conjunção de linhas, como extensão de uma racionalidade empreendedora, como nos dizem os sociólogos contemporâneos Pierre Dardot e Christian Laval, a uberização se vê como última onda de uma precarização estrutural. Outra participante da pesquisa diz: "instituições de ensino não são shopping centers ou mercado de capitais, sistema de controle a céu aberto que favorece ao aluno ser tido como cliente, não um aprendiz, ao contrário, devem se esmerar em formar profissionais que possam atuar na pólis, que tenham pensamento crítico, que estejam inseridos no discurso de seu tempo, com visão e atitude críticas e propositivas".

A noção de "empresário de si" – trabalho de plataforma - "se você se esforçar e trabalhar o dia inteiro, você vai conseguir o quanto de dinheiro quiser", cria uma ilusão competitiva que mascara e camufla privação de sono, horas sentadas na mesma posição, movimentos infinitamente repetidos, refeições de dez minutos (quando há), jornadas de trabalho muito extensas, como bem retratadas no filme "Você não estava aqui" ("Sorry, We missed You"), de Ken Loach, de 2019.

Ainda mais em um cenário latino-americano e brasileiro, que o/a trabalhador/a é marcado como frouxo e ocioso, em tom depreciativo, como aquele que não consegue, que é inferior, que não sabe trabalhar - como nos traz Ignácio Martin-Baró no texto "Psicologia Política do Trabalho na América Latina" (palestra proferida aqui em Porto Alegre, organizada pelo CFP, em 1988, traduzido e publicado na Revista Psicologia Política, em 2014), são marcas e efeitos de uma colonialidade e uma hierarquização de que padrão (supostamente) ideal precisa ser alcançado, do homem branco classe média hetero privilegiado trabalhador bem sucedido com a casa própria. Que saúde é essa? Então, lhes pergunto quem aqui é saudável?

Como se pode ser livre com 25% do salário cortado, com 1h de aula a menos, com 120 pessoas em sala de aula? Com uma ementa inalterável vinda de uma mantenedora? Com uma prova pronta para ser aplicada? Sobre que forma de ser professor estamos falando aqui? Uma participante da pesquisa afirma "Grupo listado na bolsa de valores a lógica é meramente mercadológica. MEC conivente. Cadê o MEC para não permitir uma turma de 999 alunos no EAD? Trabalhos passados e corrigidos no automático?"

No centenário de aniversário do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, é importante lembrar que sempre é preciso reconstruir formas de fazer educação a partir de um movimento de resistência e um discurso pedagógico em favor dos setores populares. Ou seja, estamos falando aqui de uma liberdade de cátedra popular, que esteja atenta ao nosso tempo, mas principalmente a quem nós somos e com quem aprendemos e ensinamos.

Mudanças estruturais e cuidados com a saúde integral, ou seja, de maneira localizada e cotidiana, não são possíveis apenas com o fim das instituições disciplinares como manicômios, fábricas, hospitais e escolas, porque isso envolve racionalidades individualistas, como os discursos de resiliência e mindfulness divulgados em treinamentos não-remunerados de IES aos sábados, de uma vida "saudável e mais engajada" - engajada com quem e com o que?

Alterações só são possíveis a partir da produção de políticas públicas de atenção à saúde integral que contemplem outras formas de cuidar, que não a tutelar, como também possibilitar que as pessoas interajam, convivam e realizem trocas efetivas e afetivas em comunidade.

A resistência a esses processos de produção de subjetividade neoliberal pode proceder por uma busca de uma concepção criadora de vida pela resistência dos coletivos, pela associação de corpos potentes, pelas alianças principalmente. Relatos como "discussão envolvendo o conjunto de docentes, participação em assembleias, manifestações públicas, informação à população, participação sindical", ou "na instituição privada, cuja lógica mercadológica é o que se evidencia, mais que a da educação, a resistência se constitui a partir das trocas com nossos pares e com estudantes" ou ainda "fazer combinados específicos com as turmas, não seguindo, flexibilizando ou desconsiderando as regras institucionais" fazem pensar sobre reinvenção de lógicas sociais, fortificando os vínculos de solidariedade em um mundo do trabalho que cada vez mais, ainda, preza pela serialização, fragilização e individualização. Outros modos de sentir, estar e trabalhar a docência são possíveis.

Considerações finais

O levantamento realizado teve como objetivo elencar as principais dificuldades vividas pelas docentes de psicologia do ensino superior desde o início da pandemia, que parece estar finalmente arrefecendo nos últimos meses. Nesse percurso, constatamos, sem grande surpresa, que as linhas de sofrimento narradas remontam, em uma leitura genealógica, a própria história da incidência do poder econômico sobre as trabalhadoras, provocando sua precarização.

Desde os anos 70 pequenas e sistemáticas transformações vêm ocorrendo no sistema econômico, implementando aquilo que convencionou-se chamar de neoliberalismo. Para viabilizar a concentração de renda num grupo cada vez menor de pessoas, esse sistema age em duas principais frentes. Em um primeiro plano, empresários com influência política e poder econômico formam alianças que comandam o mercado e manipulam a política para desregulamentarizar o controle do Estado sobre os excessos do seu domínio. Em segundo, uma lógica de "redução de custos" é implementada, precarizando as relações de trabalho e reduzindo a qualidade dos produtos sem, no entanto, a equivalente redução de preços.

Há décadas as trabalhadoras da educação superior sentem o efeito desse duplo movimento. Grupos econômicos internacionais compraram paulatinamente instituições de ensino – principalmente aquelas de capital aberto que são negociadas na bolsa de valores – formando conglomerados que, através da manipulação de preços, passam a ditar as normas do mercado. Além disso, esses grupos passaram a modificar profundamente o trabalho da professora, através da padronização de con-

teúdos e das avaliações, aumento do número de alunas e alunos por turma, introdução de um número cada vez maior de aulas online, controle sobre a aprovação dos alunos (pois aluna desmotivada tende à evasão), entre outras tantas práticas.

A eclosão da pandemia e a crise econômica que se seguiu elevou exponencialmente o controle gerencial sobre o ato do trabalho, dissolvendo, ao mesmo tempo, sua dimensão espacial – quando se tem um lugar para trabalhar distinto do lugar onde se vive – e temporal, passando a ocupar quase todas as horas do dia, através da sobrecarga de reuniões, treinamentos, assistência aos alunos e tarefas administrativas distribuídas aos docentes.

O dispositivo do home office, utilizado para garantir o isolamento social necessário à salvaguarda das vidas frente à ameaça do vírus, passou a ser adoecedor para a maioria das trabalhadoras. Hoje, onde lentamente se delineia o final da pandemia e segmentos da população bradam pelo direito à aglomeração sem equipamentos de proteção e higiene obrigatórios, as aulas online permaneceram nos currículos sem nenhuma discussão. O temor geral é de que aquilo que foi introduzido como necessário em tempos de exceção, possa agora ser legitimado e massificado, contra todas as regras e recomendações éticas da profissão.

A aprovação recente de uma lei que regulamenta o homeschooling indica que a tendência da educação a sair do ambiente físico institucional, onde tem suas contradições mais facilmente visibilizadas, é defendida por uma parte significativa da população. Neste contexto, demissões em massa de professoras de IES privadas garante um clima de medo e incertezas, onde facilmente são abafadas quaisquer contestações ou insatisfações. Por

outro lado, propostas de cobrança do ensino público superior, tradicional reduto do pensamento crítico, evidenciam as crescentes dificuldades de acesso a um ensino de qualidade.

Às ainda críticas de todo esse sistema, como nós, resta reinventar maneiras de resistir. Não mais uma maneira grandiosa, como as grandes greves que no passado conquistaram direitos que protegeram gerações de trabalhadoras, pois o poder econômico já estruturou suas defesas a essas modalidades. Agora, cabe lutar nos espaços ainda inexplorados dos afetos, terreno próprio da psicologia, onde ações múltiplas e cotidianas podem abrir espaço para expressar o sofrimento, fazer circular o medo e produzir territórios de existência mais solidários que potencializem a vida dos coletivos. Acreditamos que um fazer que explore essas direções vise reinstaurar constantemente a ética – elemento tão caro ao nosso ofício – nas relações entre docentes e psicólogos em formação.

SOBRE AS AUTORAS

1. Alexandre Trzan Ávila é Psicólogo (CRP: 05/35809). Pós-Doutorando em Filosofia no Centro de Filosofia, Política e Cultura na Universidade de Évora (Portugal). Doutor e Mestre em Psicologia Social pela UERJ. Especialista em Psicologia Clínica. Docente e supervisor de estágio na USU. Coordenador Geral do Núcleo de Clínica Ampliada Fenomenológica Existencial (NUCAFE). Ex-Conselheiro do CRP-RJ (Gestões: 2010, 2013 e 2019); Coordenador da Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra do XVI Plenário (2019 - 2022).

2. Anelise Lusser Teixeira é Mestre em Psicologia Social pela UERJ e Doutora em Psicologia pela UFF. Atualmente é docente na Universidade Estácio de Sá (UNESA); Coordenadora Adjunta da Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra do XVI Plenário (2019 - 2022).

3. Caíque Azael Ferreira da Silva é Psicólogo (CRP-05/64942) e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor substituto de Psicologia na Universidade Federal Fluminense. Faz parte do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRJ, onde cursa o doutorado e compõe a equipe do Dicionário de Favelas Marielle Franco (Fiocruz); Colaborador na Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra do XVI Plenário (2019 - 2022).

4. Jimena de Garay Hernández é Psicóloga pela Universidad Nacional Autónoma de México. Mestra e doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Instituto de Psicologia

da UERJ e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social/UERJ e Pesquisadora do GEPSID - Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras. Colaboradora da Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra do XVI Plenário (2019 - 2022).

5. Patricia Castro de Oliveira e Silva é Pós-doutora em Psicologia Social (2015-2020) - PPGPS/UERJ, Doutora (2012) e Mestra (2002) em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS/UFRJ, graduada em Psicologia (1999) - UFRJ. Professora colaboradora na UNIGRANRIO. Pesquisadora no campo da Psicologia Social Crítica tem estudado Juventudes, Saúde, Direitos e Políticas Públicas em atravessamento com gênero, sexualidade, classe social, geração e raça/cor, atuando principalmente sobre o fenômeno das drogas. Pesquisadora do GEPSID - Grupo de Estudos e Pesquisas Subjetividades e Instituições em Dobras (PPGPS/UERJ) onde tem atuado no campo prisional e socioeducativo.

6. Thiago Colmenero Cunha é Psicólogo (UFRJ), pedagogo (UNIRIO), mestre e doutor em Psicologia (UFRJ). Professor das graduações em Psicologia, em Pedagogia e em Direito da Universidade Santa Úrsula (USU). Avaliador institucional de cursos de graduação de Psicologia e de Pedagogia pelo Brasil, como consultor pedagógico do Banco de Avaliadores (BASis) do SINAES/INEP/MEC. Foi colaborador na Comissão de Formação e Liberdade de Cátedra do XVI Plenário do CRP-RJ (2019-2022). Tem experiência prática-teórica na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Educacional/Escolar.

REFERÊNCIAS

ALESSI, Sandra Mara; SOARES, Maria Suely; PEREIRA, Celeste; MARTINEZ, Milena Maria Costa; MARCH, Claudia. A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital. Universidade e Sociedade, n. 67, p. 08-21, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Brasília: 2005.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). Psicologia social do racismo. estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA E FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PSICOLOGOS. Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia. São Paulo: Conselho Federal de Psicologia; Associação Brasileira de Ensino de Psicologia; Federação Nacional dos Psicólogos, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicologia se aprende com presença! Nota conjunta da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi). Disponível em: <https://site.cfp.org.br/psicologia=-se-aprende-com-presenca/#:~:text-

A%20ABEP%2C%20o%20CFP%20e,pela%20capacida-de%20de%20compreender%20e%2024%20out%202019>. Acesso em 20 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA. Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia de Covid-19: recomendações. Brasília: CFP, 2020.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Ed.34., 2017.

LAVAL, Christian. A Escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. Psicologia Política do Trabalho na América Latina. Rev. psicol. polít. vol.14 no.31 São Paulo dez., 2014.

MENEZES, Kelly Maria Gomes; MARTILIS, Luis Fernando de Souza; MENDES, Virsangela Paula Sandy Mendes. Os impactos do ensino remoto para a saúde mental do trabalhador docente em tempos de pandemia. Universidade e Sociedade, nº 67, Ano XXXI, ANDES-SN: janeiro, 2021.